

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 15/04/2019	Página: --

# FOLHA DE S.PAULO

## Correção de precatórios pode custar R\$ 12,3 bi aos estados

### ***É muito importante que esses passivos sejam devidamente identificados nos balanços públicos***

15.abr.2019 às 2h00

**George Santoro José Roberto Afonso**

A imprensa frequentemente divulga pautas de votações do Congresso Nacional que impactam as finanças públicas, até mesmo de estados e municípios. Pouco se fala acerca de ações que tramitam no Poder Judiciário, que, por vezes, podem compreender medidas igual e fiscalmente devastadoras.

Um caso típico é o julgamento dos embargos de declaração opostos por vários estados contra a decisão na qual o STF (Supremo Tribunal Federal) fixou a tese 810: decidiu-se pela obrigatoriedade de substituição da [TR pelo IPCA-E](#) como índice de correção dos débitos decorrente de condenações impostas às Fazendas Públicas de todo Brasil.

Apesar de os efeitos dessa decisão terem sido temporariamente suspensos por força de recurso judicial, uma coisa já é certa: as Fazendas Públicas sofrerão severos prejuízos em virtude dessa mudança. Desde já, os governos deveriam estar simulando e divulgando a extensão de tais danos.

A fim de tentar dimensionar o impacto negativo da decisão para os estados, fizemos um exercício simples considerando dois fatores: 1) a diferença percentual da TR para o IPCA-E entre 29 de junho de 2009 a 25 de março de 2015 foi de 38,1526%; e 2) o estoque atual de precatórios dos estados no valor de R\$ 64,6 bilhões. O resultado é alarmante: é possível estimar um acréscimo R\$ 12,3 bilhões na dívida só dos estados.

A estimativa apresentada já causa alarde e, por si só, é suficiente para justificar que o STF, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e os tribunais de contas criem uma rotina mais eficiente e transparente para identificar, quantificar e acompanhar essa forma especial de dívida pública. É muito importante que esses passivos sejam corretamente e devidamente identificados nos balanços públicos, em todos os níveis de governo. Isso permitiria que a decisão judicial fosse tomada considerando com mais precisão o eventual dano.

Aliando o risco premente de incremento do estoque de precatórios com o fato de que os estados deverão quitá-los até 31 de dezembro de 2024, estima-se que a decisão poderá gerar um acréscimo anual de pelo menos R\$ 2 bilhões no fluxo de pagamentos só dos governos.

Isso em um cenário econômico muito difícil, em que mais de dez estados encontram-se com dificuldade para pagar folhas de salários, fornecedores e prestadores de serviços. Vemos a cada dia a diminuição da qualidade do serviço público e vertiginosa queda nos investimentos.

É aguardado com ansiedade o julgamento dos embargos de declaração opostos pelos estados contra a decisão proferida pelo Supremo. Ao que tudo indica pelos poucos dados divulgados, essa será uma oportunidade para que o Supremo module os efeitos de sua decisão ou condene mais estados e municípios brasileiros a decretarem calamidade financeira.

Secretário de Fazenda de Alagoas; professor do mestrado do IDP

Veículo: Metro1	
Data: 14/04/2019	Caderno: Política



Política

## Maia articula pauta mínima de apoio à Previdência entre governadores do Nordeste

***De acordo com a coluna Painel, da Folha, o presidente da Câmara já conversou com o governador do Piauí, Wellington Dias, e outros aliados***



Foto : Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Por Juliana Rodrigues no dia 14 de Abril de 2019 · 08:30

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se reuniu com governadores do Nordeste em busca de uma articulação a favor da reforma da Previdência.

Segundo a coluna Painel, da Folha, o parlamentar participou de um jantar com Wellington Dias (PT), do Piauí, e outros aliados, antes de viajar para os Estados Unidos. O petista saiu do encontro com a missão de consultar os colegas da região, a maioria de partidos de oposição, sobre uma pauta mínima que tenha o apoio do grupo para, a partir daí, buscar o apoio de deputados nordestinos.

Um governador nordestino afirmou à coluna que eventuais conversas sobre o apoio ao projeto só acontecerão caso o Planalto entenda que o grupo não topa, além das mudanças no BPC e na aposentadoria rural, o sistema de capitalização e a desconstitucionalização. Também há cobrança por alterações menos ambiciosas no regime geral e foco no combate aos privilégios de algumas categorias.

15/04/2019 - 05:00

## Reforma tributária da União corre menos riscos de ser questionada

Por **Joice Bacelo e Beatriz Olivon**

A proposta de reforma tributária divulgada pelo secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, na semana passada, pode ser implementada de forma mais rápida e gerar menos questionamentos judiciais do que o projeto apresentado pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), dias antes, na Câmara Federal. A vantagem, segundo especialistas em tributação ouvidos pelo **Valor**, está no fato de o governo, pelo menos nesse primeiro momento, querer mexer apenas em tributos federais.



*Advogado Roberto Quiroga: projeto do governo é interessante por prever a desoneração da folha de salários*

Advogados dizem que a inclusão do ICMS e do ISS, como pretende a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, apresentada por Baleia Rossi, pode gerar discussões no Supremo Tribunal Federal (STF). Esse já era um ponto polêmico do projeto de reforma tributária que teve a relatoria do ex-deputado Luiz Carlos Hauly em 2018 e também previa um sistema tripartite.

A PEC 45 tem como base um estudo do economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal. Pela proposta, cinco tributos - IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS - seriam substituídos por um único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A alíquota seria de 25% e não haveria mais benefícios fiscais.

Essa junção de tributos, entendem advogados, poderia desrespeitar o pacto federativo, uma das cláusulas pétreas da Constituição. Está previsto no artigo 60, detalha Rafael Serrano, sócio da área tributária do Chamon Santana Advogados. Para o especialista, Estados e

municípios passariam a ter um controle limitado sobre a organização dos seus impostos e, por esse motivo, poderiam recorrer à Justiça para tentar anular a reforma.

"Essa proposta não é baseada na justiça fiscal, mas na simplificação da gestão fiscal das empresas", afirma o advogado Ricardo Lodi Ribeiro, professor de direito financeiro na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Lodi entende que o combate à guerra fiscal deve ser uma preocupação, mas não a ponto de impedir Estados e municípios de fazer política fiscal. "Se Estados e municípios não puderem lançar programas para atrair investimentos, o combate ao desequilíbrio entre Estados ficaria à cargo da União", diz. Isso, acrescenta, romperia com o pacto federativo.

A proposta do deputado Baleia Rossi, que tem o apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi apresentada no dia 3 e encaminhada no dia 10 para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O que existe por parte do governo, por outro lado, ainda não foi apresentado de forma oficial. Marcos Cintra diz que devem ser encaminhados projetos de lei ao Congresso até meados do ano. Um deles trataria da criação de um imposto único, em substituição ao PIS, Cofins, IPI, IOF e CSLL. A alíquota ainda está em estudo, mas, segundo ele, pode ficar acima de 9%.

Um outro projeto contemplaria a desoneração da folha de pagamentos. Estuda-se reduzir de dois a três pontos percentuais a parte paga pelo trabalhador - que hoje varia entre 8% e 11% - e extinguir totalmente a contribuição patronal. Em troca, seria criado um novo imposto sobre pagamentos, com taxa de 0,8% a 1,2% aplicada a operações bancárias (como a antiga CPMF) e também a qualquer transação econômica (por exemplo, a compra de um veículo ou imóvel).

Especialista em impostos, Guilherme Henrique Oliveira, sócio do Oliveira e Belém Advogados, gosta da ideia de fatiar a reforma, como pretende o governo. Ele afirma que o tema reforma tributária vem se repetindo ao longo dos anos e não se consegue a aprovação justamente por envolver interesses de vários entes federados. "É impraticável politicamente. As reformas passam de maneira fatiada, ou seja, atacando pontualmente os problemas", diz.

As duas propostas têm prós e contras, avalia o advogado Roberto Quiroga, sócio do escritório Mattos Filho. O projeto do Congresso, exemplifica, por ser tripartite, tornaria o sistema mais simples. Mas por outro lado, além da demanda judicial que pode gerar em razão das mudanças no regime federativo, há a questão do prazo de transição, previsto para dez anos. "Vai simplificar desde que nesses dez anos tudo ocorra bem", afirma.

Já o projeto capitaneado pelo governo é mais pontual, mexe apenas nos tributos federais, e prevê a criação de um imposto muito semelhante ao da CPMF, o que gera discussões. A implementação, entretanto, observa Quiroga, seria muito mais rápida. Além disso, destaca, prevê a desoneração da folha, o que considera "muito interessante".

"Esse é um dinheiro que vai para o mercado. Quando tira imposto do salário do funcionário, o poder de compra dele aumenta. E desonerando a folha das empresas talvez aumente a contratação, melhore a atividade econômica e conseqüentemente se consiga uma arrecadação maior nos tributos em geral", afirma Quiroga.

Como a proposta do deputado Baleia Rossi já está oficializada, os advogados conseguem fazer uma análise mais detalhada do texto - o que não é possível ainda com o projeto do governo. Além do pacto federativo, dizem, há outros pontos inconsistentes que, se levados adiante, também podem gerar demandas judiciais.

O advogado Tiago Conde, sócio do Sacha Calmon Misabel Derzi Consultores e Advogados, cita, por exemplo, eventual bitributação (incidência de impostos diferentes sobre o mesmo fato). A proposta de alteração dos artigos 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), prevista pela PEC 45, afirma, permitiria, temporariamente, a exigência do novo tributo pela União concomitante à exigência de ICMS e ISS.

Ele cita ainda problemas no artigo 159-D, que, segundo consta na proposta de Baleia Rossi, dá destino à receita do imposto sobre bens e serviços que será arrecadada pela União, Estados e municípios. "Imposto não tem vinculação [destino certo]. Só é possível em taxa ou contribuição de melhoria", diz Conde. Ele considera esse trecho do texto também inconstitucional.

Existem ainda questionamentos sobre o fim da possibilidade de fixar alíquotas diferentes a depender da essencialidade de um produto, menores para essenciais e maiores para supérfluos - a chamada seletividade. Nenhum desses pontos, no entanto, tem consenso no meio jurídico. Há advogados que não descartam a possibilidade de essas questões chegarem ao STF, mas acreditam que, julgadas, terão a constitucionalidade reconhecida.

Para Fábio Cury, do Urbano Vitalino Advogados, a proposta não fere o pacto federativo porque a gestão do dinheiro seria feita por um comitê gestor, assim como ocorre hoje no Simples Nacional. Além disso, haveria um período de testes e a União não controlaria todos os tributos. "O Estado seguirá com o IPVA e ITCMD e o município com IPTU e ITBI", diz.

Breno Vasconcelos, sócio no escritório Manrich Vasconcelos Advogados, também acredita que não haveria o rompimento do pacto federativo. Ele ainda não vê problemas no fim da seletividade de alíquotas. A redução de tributação, entende o advogado, não se reflete necessariamente no preço. Para ele, a "seletividade funciona mal".

## FOLHA DE S.PAULO

# Governo projeta rombo maior nas contas públicas em 2020

Equipe de Guedes prega realismo fiscal e não vai incluir Previdência em cálculos

**Bernardo Caram**

**BRASÍLIA** No projeto que orienta o Orçamento de 2020, em fase de finalização para ser enviado ao Congresso até segunda-feira (15), o governo deve projetar um rombo nas contas públicas maior do que o previsto até agora.

A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) define metas para o Orçamento do ano seguinte, traz autorizações de gastos e estabelece os valores previstos para o salário mínimo, bem como o reajuste de benefícios previdenciários.

A LDO de 2019 estabeleceu que a meta de resultado primário para 2020 seria negativa em R\$ 110 bilhões.

Porém, com uma deterioração de parâmetros da economia, a equipe do ministro Paulo Guedes decidiu ampliar a previsão de rombo.

O projeto com as diretrizes orçamentárias para o ano que vem precisa ser enviado pelo governo ao Congresso até segunda.

De acordo com uma fonte da área econômica, o texto deve estabelecer uma meta de déficit para o governo federal no ano que vem que fique "no meio do caminho"

entre o que está definido até o momento para 2019, de R\$ 139 bilhões, e a previsão atual para 2020, de R\$ 110 bilhões.

Os cálculos do Ministério da Economia convergem para uma meta fiscal de déficit próximo a R\$ 125 bilhões em 2020.

A equipe de Guedes trabalha com a lógica de realismo fiscal, ou seja, decidiu fazer um cálculo conservador, incluindo na conta apenas medidas que sejam certas ou que

tenham probabilidade muito alta de concretização.

O número não inclui, por exemplo, o impacto em 2020 de eventual aprovação da reforma da Previdência, ainda que o governo trabalhe para que as novas regras da aposentadoria sejam aprovadas neste ano.

Também ficam de fora dos cálculos privatizações que estão nos planos do governo, mas não têm processo adiantado para as operações.

A visão de técnicos da equipe econômica é de que, ao longo do tempo, o número poderá ser revisado para prever um rombo menor, depois que ações que ampliam a arrecadação forem efetivadas.

O número também é uma forma de o governo sinalizar ao Congresso a necessidade de aprovação da reforma da Previdência para que o quadro fiscal melhore.

O texto final do projeto com as diretrizes orçamentárias de 2020 será apresentado com detalhamento feito pelo secretário especial de Fazenda da pasta, Wadery Rodrigues, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, e o secretário de Orçamento Federal, George Soares.

Na elaboração do texto das diretrizes, o ministro da Economia propôs o fim do reajuste do salário mínimo acima da inflação.

A medida gera um alívio nas contas públicas, já que benefícios da Previdência são atrelados ao valor do mínimo.

A regra que valeu até este ano previa que o aumento levasse em conta a inflação do ano anterior e o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes, o que gerava ganhos reais ao trabalhador em anos de crescimento econômico.

Guedes também decidiu incluir no projeto uma autorização para os reajustes de salários e benefícios de militares previstos na reestruturação de carreira proposta pelo governo.

Ao mesmo tempo, haverá um bloqueio para travar reajustes salariais de servidores públicos civis.

Neste ano, o ministro defende que o déficit fiscal, atualmente previsto em R\$ 139 bilhões, seja zerado.

Técnicos do governo reconhecem que, embora o rombo possa ser menor do que o previsto, será muito difícil chegar a zero.

### R\$ 110 bi

era o déficit nas contas públicas previsto para 2020; neste ano, o rombo previsto para as contas públicas é de R\$ 139 bilhões

### R\$ 125 bi

será o valor que deverá ser apresentado como meta fiscal de déficit para 2020 pela equipe econômica

### R\$ 29,8 bi

é o total que o governo bloqueou no Orçamento de 2019 em razão da piora dos parâmetros econômicos



# Pressão fiscal

*Receita sem arranque, gasto sem freio e governo sem foco*

Cida Damasco\*, O Estado de S.Paulo

15 de abril de 2019 | 04h00

Quem se lembra daquela promessa de campanha de zerar o déficit primário das contas públicas em apenas um ano? Talvez não sejam tantos, até porque nem no auge do entusiasmo com o “vamos mudar tudo isso que está aí” essa promessa foi levada a sério. Pois bem. O governo deve enviar nesta semana ao Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 com uma projeção de rombo fiscal acima da meta anterior, de R\$ 110 bilhões, embora abaixo da fixada para este ano, de R\$ 139 bilhões. Nenhum aumento espetacular, mas uma mostra do engessamento das contas públicas do País e, por tabela, das amarras para a atuação do governo.

Assim como a promessa de zerar o déficit primário estava amparada em previsões superotimistas, a projeção atual pode até estar carregada de um certo pessimismo. Tudo indica, porém, que dessa vez se trata de um cenário realista. E a equipe econômica está recorrendo a ele para dar um recado. Sem a reforma da Previdência, sem a privatização da Eletrobrás, sem isso e sem aquilo, o déficit público será ampliado – e não reduzido, como estava nos planos.

Pelo que se viu em muitos desses 100 dias de governo, contudo, a advertência não serve só aos parlamentares, mas também ao próprio presidente, que age de forma errática e atropela as diretrizes da equipe econômica. O exemplo mais gritante é o da desastrosa “intervenção” de Bolsonaro na política de preços da Petrobrás – com reflexos imediatos nos mercados e, quem sabe, nas intenções de investimentos no País.

O comportamento das receitas e das despesas neste começo de ano confirma que o quadro fiscal está travado. No primeiro bimestre, o Governo Central – que junta as contas do Tesouro, do Banco Central e da Previdência – teve um superávit de R\$ 11,7

bilhões, pouco acima do registrado no mesmo período do ano passado. Mas as despesas somaram R\$ 210,9 bilhões e quase 70% correspondem a gastos previdenciários e com pessoal, praticamente incompressíveis. As receitas, por sua vez, ficaram em R\$ 275,4 bilhões, com um acréscimo real de 1,2% sobre o ano passado. E não se espera grande reforço daí para a frente, tendo em vista o pífio desempenho da atividade econômica.

Os leilões de concessão e privatização até que estão rendendo bem e prometem reforçar o caixa dos recursos extraordinários, mas o estoque de ativos de infraestrutura postos à venda ainda é resultado dos programas herdados do governo Temer. A grande expectativa, agora, concentra-se no leilão de petróleo excedente da cessão onerosa e na privatização da Eletrobrás. Avaliado em R\$ 100 bilhões, o leilão do petróleo está marcado para o fim do ano – e, portanto, o respiro nas finanças da União, Estados e municípios só deve vir mais adiante. Quanto à venda da Eletrobrás, para sair do papel ainda terá de vencer a resistência das bancadas regionais no Congresso.

A equipe econômica tratou de tomar algumas providências para impedir que a situação fuja do controle. A emergencial é o bloqueio de R\$ 29,7 bilhões, decretado no final de março. Evidente que não se espera nada parecido com um “shutdown”, a ponto de provocar um colapso da administração pública. Mas é bom ficar atento para o risco de problemas em áreas específicas, a exemplo da suspensão da emissão de passaportes em meados de 2017.

Uma reestruturação das finanças públicas só será possível com reformas, a começar pela Previdência, repetem todos no governo, como uma espécie de mantra. Mas, apesar de toda a retórica, o próprio governo não põe foco no essencial. Rejeitou a ideia de aproveitar a proposta de Temer para a Previdência, que já estava no Congresso, andou em círculos até formatar o seu próprio texto – mais do que ambicioso – e, na hora em que mais precisava do apoio do Congresso, provocou um conflito com os próprios aliados. Para completar, está prestes a pôr na rua uma reforma tributária, atravessando a reforma da Previdência.

Com todos esses desvios, carecem de credibilidade, aos olhos e ouvidos da população, as ameaças seguidas da turma da Economia de que, se nada for feito, um calote nas



aposentadorias pode estar à espreita, logo ali adiante. Enquanto o Executivo vacila nas suas prioridades e se envolve em embates desnecessários, os lobbies que povoam o Congresso aproveitam para tirar “casquinhas” do Orçamento: perdão a dívidas dos produtores rurais, desbloqueio de emendas parlamentares, aprovação de orçamento impositivo. Vai mal o tal do ajuste. E com a colaboração do Planalto.

\*É JORNALISTA

# Tribuna

## Governo deve prever para 2020 salário mínimo sem aumento real

**O** valor do salário mínimo a ser proposto pelo governo para o ano que vem deverá ter correção pela inflação, mas não aumento real.

A proposta para o salário mínimo estará contida no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), que tem de ser enviado ao Congresso Nacional, de acordo com a lei, até 15 de abril de cada ano, ou seja, nesta segunda-feira. É o que mostra reportagem de Alexandro Martello, G1 — Brasília.

Desde 2011, a política de reajuste do mínimo — instituída no governo Dilma Rousseff — previa correção com base na inflação do ano

anterior mais um aumento com base na variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

A mudança, se confirmada, ajudará o governo a economizar recursos e conter o avanço do déficit público, já que os benefícios pagos pela Previdência não podem ser menores que o valor do mínimo (veja mais abaixo cálculo feito pelo G1, com base em projeções do mercado financeiro).

Atualmente, o salário mínimo, que serve de referência para cerca de 48 milhões de pessoas, está em R\$ 998.

A atual equipe econômica, segundo interlocutores do governo, deve prever um

aumento do salário mínimo, em 2020 somente com base na variação dos preços em 2019, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O mesmo formato de correção (somente com base na inflação) deve ser adotado para 2021 e 2022, uma vez que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem de fazer projeções para os três anos seguintes.

A política de reajustes pela inflação e variação do PIB, proposta pela presidente Dilma Rousseff e aprovada pelo Congresso Nacional, vigorou entre 2011 e 2019, mas nem sempre o salário mínimo subiu acima da inflação.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 15/04/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### Governo Bolsonaro prepara pacote para destravar R\$ 20 bi a ruralistas

#### **Governo vai incentivar refinanciamento direto com bancos, pagar seguro e estimular contrato em Bolsa**

15.abr.2019 às 2h00

**Julio Wiziack Mariana Carneiro**  
**Brasília**

O presidente [Jair Bolsonaro](#) (PSL) prepara um pacote que poderá destravar pelo menos R\$ 20 bilhões em novos empréstimos para que produtores rurais renegociem dívidas passadas e financiem as próximas safras.

A primeira dessas medidas será o FAF (Fundo de Aval Fraternal), que dará garantias aos produtores que hoje têm portas fechadas nos bancos diante de sua restrição de crédito.

A expectativa é que uma medida provisória seja apresentada nos próximos dias criando o fundo, elaborado com a Frente Parlamentar do Agronegócio.

Segundo o deputado federal Jerônimo Goergen (PP-RS), que pertence à bancada, a ideia é reunir garantias "solidárias" para destravar uma linha de crédito agrícola do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que hoje não atrai bancos interessados em operá-la como repassadores.

A linha tem hoje R\$ 5 bilhões, mas, se o FAF der certo, o governo promete ampliá-la para R\$ 20 bilhões. O prazo será de 12 anos, com carência de 3. "O fundo é uma proposta nossa para resolver o endividamento, que é um dos maiores problemas dos agricultores", disse Goergen. "A inadimplência hoje é tão elevada que o produtor nem consegue mais recorrer a bancos."

A ideia é que grupos de até dez produtores com dívidas em um mesmo credor se juntem para tomar novos empréstimos e sanar compromissos pendentes.

O banco irá emprestar usando dinheiro do BNDES. Os produtores e seus credores deverão reservar pelo menos 8% em uma conta garantia, formando um fundo que poderá ser acessado em caso de inadimplência de um dos integrantes do condomínio. O BNDES e os bancos repassadores também poderão reforçar o fundo com recursos próprios, captados por meio da emissão de LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio).

Hoje, quando um banco emite uma LCA, tem de destinar 35% para o produtor [rural](#). Outros 65% ficam livres para uso pela instituição.

Segundo o deputado, a medida poderia atender principalmente os produtores de arroz, que, em seus cálculos, concentram R\$ 2 bilhões em dívidas e enfrentam a concorrência de produtores do Uruguai e do Paraguai. "Esses produtores não têm mais como financiar a produção, muitos fazem operações com terceiros [fornecedores]. Para esses, o fundo solidário será uma saída", disse Goergen. "Eles fazem isso porque não conseguem mais acessar bancos por restrições de crédito."

O setor rural foi uma das principais bases de apoio à eleição de Bolsonaro, que agora deseja cumprir promessas feitas aos produtores. O Ministério da Economia, no entanto, tenta viabilizar o pacote sem usar recursos do Tesouro. Para tanto, pretende aproximar produtores de operações no mercado financeiro.

Em entrevista à **Folha**, o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, confirmou a criação do fundo. Outras duas medidas estão sendo preparadas sob o seu comando para financiar futuras safras. A equipe econômica pretende substituir a política estatal de preços mínimos por contratos de opção de venda na Bolsa.

Por meio de operações financeiras, os produtores poderão garantir o preço de venda sem a necessidade de interferência do governo federal. "A gente fomenta o mercado financeiro e economiza porque, em vez de arcar com o preço mínimo, o governo só vai pagar o custo financeiro da operação [para o produtor]", disse Sachsida.

Produtos que já têm contratos de opção negociados na Bolsa serão os primeiros candidatos a trocar a política de preços mínimos pelo mercado. São eles milho, trigo, carne, café, açúcar, soja e etanol. Segundo Sachsida, a ideia é ampliar o cardápio incluindo outros produtos a serem atendidos por contratos de opção, como o arroz e o feijão.

"Por intermédio de um agente financeiro, poderemos buscar algum mercado [no exterior, que negocie opções desses produtos] para fechar essa operação." Em uma terceira frente, o Ministério da Economia está finalizando o redesenho do seguro de crédito rural.

O objetivo é que, com o seguro, os produtores possam acessar empréstimos mais baratos no mercado privado, reduzindo a dependência do financiamento estatal subsidiado, ou seja, bancado com recursos do Tesouro.

Sachsida disse que não está prevista a redução dos subsídios ao setor rural, porém, o intuito é desenvolver novas saídas de financiamento para o campo com o objetivo de reduzir a dependência dos produtores dos recursos estatais. Até o início de maio, o governo deverá anunciar o novo Plano Safra, com a verba pública destinada ao financiamento das lavouras que começam a ser plantadas em julho.

A ideia é que o pacote agro, principalmente o novo fundo de aval, já possa ajudar no financiamento de agricultores. Apesar da resistência da equipe econômica, Bolsonaro decidiu que o governo enviará projeto de lei prevendo a renegociação de dívidas previdenciárias de ruralistas ([Funrural](#)).

Pessoas que participaram das negociações afirmam que o presidente telefonou na semana passada para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pedindo para que avançasse o projeto do deputado Goergen que cria o "refis do agronegócio".

Ele enfrenta resistências dentro da equipe econômica porque isso acarretará uma redução de cerca de R\$ 17 bilhões nas receitas da União. Caso pretenda levar a proposta adiante, Bolsonaro precisará que o Congresso modifique a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente porque ela veta a concessão de qualquer benefício neste ano.

Além disso, terá de indicar novas fontes de recursos para compensar a ajuda aos agricultores. Sem isso, o presidente corre o risco de sofrer processo no TCU (Tribunal de Contas da União) por desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Veículo: Política Livre	
Data: 15/04/2019	Caderno: Economia



## **Corte de produção da Vale deve abater 10% do crescimento do PIB em 2019**

A redução da produção de minério de ferro da Vale deve ter um impacto devastador para Minas Gerais e, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o efeito para a economia brasileira também é considerável. Cálculo feito a partir do peso da indústria extrativa no Produto Interno Bruto (PIB) mostra que o corte estimado pela Vale de 92 8 milhões de toneladas de minério – 23% da produção do País – deve gerar um impacto de 0,2 ponto porcentual no PIB nacional em 2019. Ou seja: considerando a média das estimativas para o avanço da economia este ano (que é de quase 2%), 10% do crescimento deve se perder na esteira da tragédia de Brumadinho, que deixou 277 vítimas, entre mortos e desaparecidos. Em Minas, a restrição da produção da Vale – seja em resposta a sentenças judiciais ou por decisões internas – terá um efeito brutal, segundo a Fiemg, federação das indústrias do Estado. Além de prever que, mantida a situação atual, 850 mil vagas podem ser fechadas, a entidade calcula que o PIB estadual só vá avançar 0,8% este ano – menos de um quarto da projeção anterior, de 3,3%. “Temos de aprender com os fatos (de Brumadinho e Mariana), mas os efeitos na economia são perversos”, diz o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe. Para ele, após a tragédia de Brumadinho, a Vale adotou “posição conservadora”. Enquanto para Minas a saída do buraco financeiro depende da retomada da produção da Vale, a compensação para o Brasil pode vir de outra fonte, segundo a FGV. A Petrobrás anunciou que pretende elevar a produção de petróleo em 10% em 2019. Caso a previsão se confirme, diz a pesquisadora Luana Miranda, do Ibre/FGV, metade do efeito negativo no PIB seria eliminado, reduzindo a perda para 0,1 ponto porcentual, ou 5% do avanço estimado para 2019.

*Estadão Conteúdo*

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 15/04/2019	Página: --

# FOLHA DE S.PAULO

## Compra e venda de ações na Bolsa já retratam descrença com economia

### ***Desde início do ano, investidor troca papel de empresas de consumo interno e mira exportadoras***

15.abr.2019 às 2h00

**Tássia Kastner**  
**São Paulo**

A alta da Bolsa brasileira em 2019, agora um pouco espremida pela recente turbulência política, mascara um pessimismo com a recuperação econômica do país, que já vem desde o início do ano. Ao longo dos últimos meses, os investidores estão trocando de posição. Eles passaram a vender papéis de empresas de consumo ou focadas no mercado interno e estão comprando ações principalmente de exportadoras, em especial de commodities.

A alta do [Ibovespa](#), principal índice acionário do país, que renovou máximas históricas desde a virada do ano, não foi disseminada de forma equânime. Entre as principais companhias que se valorizam e sustentam o índice estão justamente as ligadas à exportação e ao setor de energia. No grupo das que amargam perdas, predominam as ligadas ao setor de consumo, dependentes, portanto, da recuperação da economia.

A lanterninha entre as empresas é a Lojas Americanas, acompanhada ainda de B2W, CVC, Hypera e administradoras de shoppings, como Iguatemi, BR Malls e Multiplan. Fora do espectro consumo figuram Embraer, [BR Distribuidora](#) e Ultrapar. Essas empresas estão entre as dez principais quedas do ano até aqui.

Em seguida vem a Magazine Luiza, que há anos figura como um grande case de sucesso: uma grande reestruturação levou a companhia a multiplicar seu valor de mercado. Nem isso foi suficiente para fazê-la escapar do pessimismo instaurado em 2019. Não distantes entre as baixas estão também Via Varejo e Lojas Renner.

A lista dá uma amostra da desconfiança de investidores com a capacidade de crescimento do varejo em um ambiente mais adverso e, na leitura ampliada, com a própria economia brasileira, que não esboça reação. “A tal da recuperação da economia ainda não chegou. O resultado da empresa vai ser menor, e isso já dá no modelo”, diz Thiago Salomão, da Rico Investimento.

O mercado financeiro chegou a prever que o [PIB \(Produto Interno Bruto\)](#) cresceria 3% neste ano, projeções que já foram cortadas para menos de 2%. Na sexta, o Itaú reduziu sua estimativa para 1,3%, colocando o desempenho deste ano em linha com o decepcionante crescimento de 2018. Essa seria uma das explicações para a queda no valor das ações das companhias ligadas a consumo.

Desde a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), o mercado financeiro viveu uma euforia calcada na expectativa de realização de reformas que levariam a economia a deslanchar. Os indicadores de confiança da FGV (Fundação Getulio Vargas) vinham mostrando recuperação, apesar de permanecerem no campo pessimista (abaixo de 100 pontos em uma escala que vai de 0 a 200).

Mesmo esse pequeno ganho foi devolvido em março, quando o novo governo começou a se consolidar. “Existe uma calibragem das expectativas de empresários e consumidores pela frustração com andamento da economia, a recuperação está mais devagar que o esperado, e há demora no andamento das reformas”, afirma Rodolpho Tobler, coordenador das sondagens de confiança do FGV-Ibre.

A confiança em baixa corta o potencial de o consumidor ir às compras, limitando as vendas no varejo e também o consumo de serviço. Antes de o cenário virar, analistas recomendavam investimento em ações ligadas a consumo. Havia também grande expectativa com a estreia de empresas do segmento na Bolsa, como o IPO (oferta pública inicial de ações) da Centauro, que está em andamento.

Era uma perspectiva de que as coisas iriam melhorar. Os preços das empresas na Bolsa de Valores costumam antecipar expectativas futuras, tanto de melhora quanto de piora nos resultados. “O varejo no ano passado antecipou muito [a recuperação]. Acho que tem uma parte [da queda] de ‘não era bem assim’ como também pode ter ‘não vai ser assim para frente’”, diz José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do banco Fator.

A alta de ações de empresas exportadoras —CSN e JBS lideram os ganhos no ano— mostram também a busca de investidores por ativos menos expostos ao mercado interno. “O dinheiro no mercado não é infinito. Se não entra dinheiro novo, investidor sai de uma empresa X para ir para uma Y”, diz Salomão. A disparada da Bolsa desde o ano passado foi majoritariamente conduzida pelo investidor local, enquanto estrangeiros sacaram recursos.

No acumulado de 2019 ainda havia entrada de dinheiro, mas os saques voltaram a crescer em abril. Como o grosso do dinheiro em Bolsa costuma ser aplicado por esse grupo de investidores, os saques acabam levando a uma maior mudança de posição.

Mas Salomão minimiza o impacto que a piora nas expectativas poderá ter sobre o segmento de varejo. “Não acho que a projeção de resultado dessas empresas vai ser tão duramente impactado porque eles têm outras variáveis”, acrescenta o analista da Rico, que se diz otimista com as perspectivas econômicas. Varejistas investem na melhoria das operações de e-commerce, à espera do risco de [concorrência da Amazon](#).

Na semana passada, o assunto era a negociação pela compra da Netshoes. A loja online de artigos esportivos abriu capital em Nova York em 2017, mas é punida por acionistas por resultados operacionais ruins e endividamento.

No fim de janeiro, o banco BTG Pactual projetava um 2019 melhor para empresas de consumo, após um 2018 marcado pela paralisação dos caminhoneiros, pela Copa do Mundo e também pela eleição. “Enquanto 2018 não foi tão brilhante, os últimos meses mostraram uma tendência que deveria se sustentar em 2019”, disse o banco, que listava ainda B2W, Renner, Magazine Luiza e CVC como as melhores ações do segmento para investir.

Os analistas não estavam disponíveis para comentar o atual panorama do setor até a conclusão desta reportagem.

## **Como investir em ações**

### **Sozinho**

É preciso ter conta em corretora de valores  
Escolha pelo menos cinco ações, para diversificar o risco

### **Via fundos de ações**

- > O investidor delega a um gestor a tarefa de selecionar as melhores ações e investir
- > Há cobrança de taxa de administração, que remunera o gestor, e de performance, que dá a ele parte do ganho

### **Via ETFs**

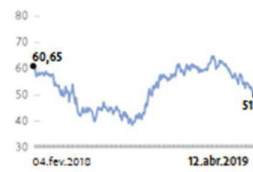
- > ETFs são fundos que copiam índices da Bolsa
- > É possível comprar uma cota desses fundos em Bolsa, da mesma forma que se compra uma ação

## Varejo na Bolsa

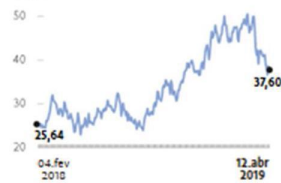
Empresas ligadas a consumo estão entre as dez com pior desempenho na Bolsa neste ano

Ações, em R\$

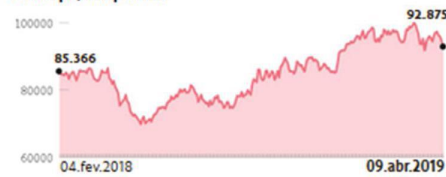
CVC



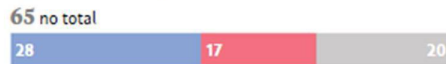
B2w



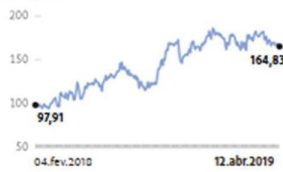
Ibovespa, em pontos



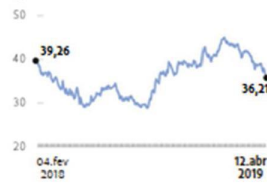
Empresas no Ibovespa



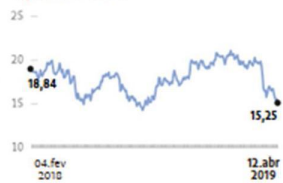
Magazine Luiza



Iguatemi



Lojas Americanas



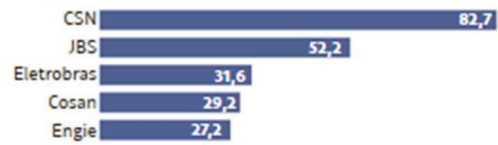
sobem mais que o Ibovespa no ano

sobem menos que o Ibovespa no ano

Tem perda no ano

5,68% é a alta do Ibovespa no ano

Principais altas da Bolsa no ano, em %



Queda de empresas do setor refletem piora nas projeções para a economia

Previsão de crescimento do PIB em 2019, em %



Índices de confiança também pioraram

Índice de confiança do consumidor



Fonte: Bloomberg, Banco Central e FGV



Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 15/04/2019	Caderno: Economia



## Prévia do PIB mostra queda de 0,73% em fevereiro, aponta Banco Central

*Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) caiu para 137,14 pontos, menor patamar desde maio do ano passado*

Fabrizio de Castro, O Estado de S.Paulo

15 de abril de 2019 | 09h00

[Após recuar 0,31% em janeiro \(dado revisado\)](#), a economia brasileira teve nova baixa em fevereiro deste ano. O Índice de Atividade Econômica do [Banco Central](#) (IBC-Br) recuou 0,73% em fevereiro ante janeiro, na série com ajuste sazonal, informou nesta segunda-feira, 15, a instituição.

O índice de atividade calculado pelo BC passou de 138,15 pontos para 137,14 pontos na série dessazonalizada no período. Este é o menor patamar para o IBC-Br com ajuste desde maio do ano passado (133,15 pontos).

Economia brasileira teve nova baixa em fevereiro deste ano. Foto: Stephane Mahe/Reuters

A baixa do IBC-Br ficou dentro do intervalo projetado pelos analistas do mercado financeiro consultados pelo Broadcast Projeções, que esperavam resultado entre -1,00% e 0,30% (mediana em -0,25%).

Na comparação entre os meses de fevereiro de 2019 e fevereiro de 2018, houve alta de 2,49% na série sem ajustes sazonais. Esta série encerrou com o IBC-Br em 133,11 pontos em fevereiro, ante 129,87 pontos de fevereiro do ano passado.

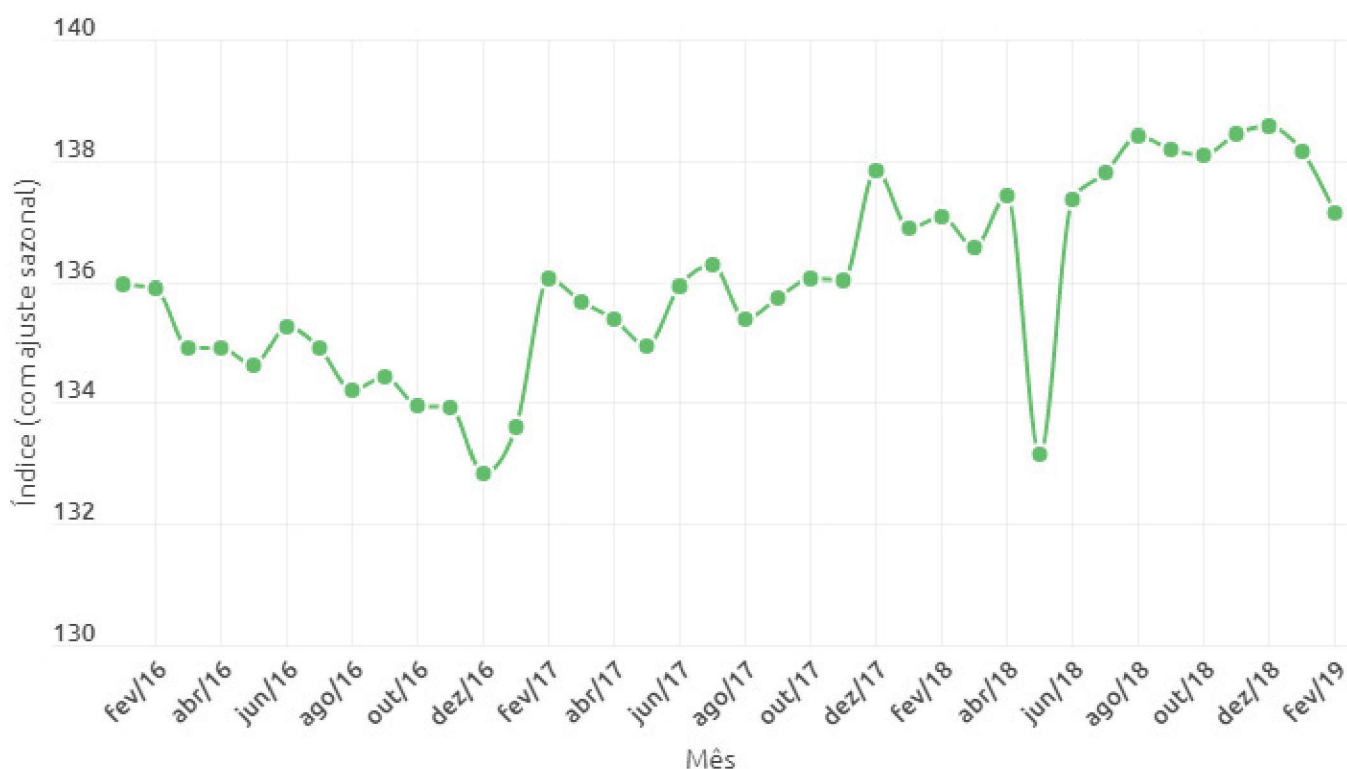
O indicador de fevereiro de 2019 ante o mesmo mês de 2018 mostrou desempenho abaixo do apontado pela mediana (2,90%) das previsões de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Broadcast Projeções (+1,71% a +3,80% de intervalo). O patamar de 133,11 pontos é o melhor para meses de fevereiro desde 2015 (136,80 pontos).

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC para o PIB", o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A previsão atual do BC para a atividade doméstica em 2019 é de avanço de 2,0%.

## Atividade econômica recua 0,21% no trimestre acumulado até fevereiro

O Índice de Atividade (IBC-Br) registrou baixa de 0,21% no acumulado do trimestre até fevereiro de 2019, na comparação com o trimestre anterior (setembro a novembro de 2018), pela série ajustada. O BC informou ainda que o IBC-Br acumulou alta de 1,20% no trimestre até fevereiro de 2019 ante o mesmo período do ano passado, pela série sem ajustes sazonais.

## IBC-Br (Dessazonalizado)



Fonte: Banco Central

# FOLHA DE S.PAULO

## Corte de verba marca início da gestão de Pontes

Após 100 dias de governo, cientistas afirmam que perda pode desestruturar a área; ministério diz estudar alternativas

Gabriel Alves

**SÃO PAULO** Em seus primeiros dias, o governo Bolsonaro não deu sinais de que deve satisfazer a principal reivindicação dos cientistas e reverter os cortes e contingenciamentos que o Ministério da Ciência tem sofrido desde 2015, como prometido na campanha presidencial.

Pelo contrário: no fim de março, o Ministério da Economia anunciou um corte de 42% (o equivalente a R\$ 2,1 bilhões) no orçamento do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), comandado pelo astronauta Marcos Pontes.

Os cortes também atingiram outros ministérios e representam uma economia potencial de R\$ 29,6 bilhões. O objetivo, segundo o governo, é melhorar o resultado primário (ou seja, reduzir o déficit).

A área de ciência e tecnologia, porém, é considerada crucial para o desenvolvimento do país por economistas, gestores públicos e políticos, como o próprio presidente. Em carta à SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e à ABC (Academia Brasileira de Ciências), ainda candidato, escreveu: "Nós passamos por um momento muito difícil de crise no país,

como todos sabem. Cada centavo de gasto tem de ser muito bem pensado e justificado. Mas CT&I, no nosso ponto de vista, não é gasto, é investimento."

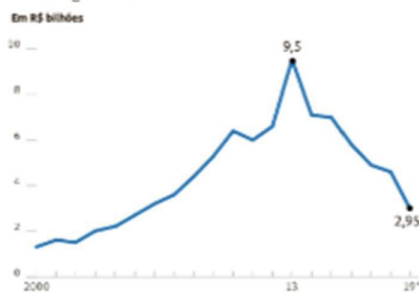
"Olhe para todos os países desenvolvidos. O que eles fazem nos momentos de crise? Investem mais em CT&I. Eles sabem que o retorno sobre investimento na CT&I como ganho social para a população é muito grande. Vamos fazer isso no Brasil também", prossegue a carta.

A ideia, segundo Bolsonaro, era elevar os investimentos na área de ciência e tecnologia até atingir, no fim do mandato, o equivalente a 3% do PIB, cerca do dobro dos valores atuais, considerando recursos públicos e privados.

Sem verbas, diversas pesquisas e setores podem ser prejudicados, do agronegócio à exploração do petróleo do pré-sal, que contribuem com mais de R\$ 120 bilhões para o PIB, argumenta Ildeu Moreira, presidente da SBPC. "Os cortes vão arrebentar nosso sistema. Já estávamos com recursos caindo. Era como andar de carro com pneus carecas ou meio vazios. Agora estão tirando as rodas", diz.

Uma das possíveis fontes de recurso é o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento

Após auge em 2013, gasto do ministério da ciência e tecnologia vem caindo



\* Corte após congelamento de 42%.  
Fonte: Indicadores Socioeconômicos de Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Ministério da Economia

Científico e Tecnológico), que recebe recursos de impostos, juros de empréstimos e royalties da produção de petróleo e gás, concessões e geração de energia, entre outros. São mais de R\$ 4 bilhões arrecadados ao ano, mas menos de R\$ 1 bilhão é gasto.

A SBPC busca apoio de parlamentares a fim de exercer pressão para recompor o orçamento do MCTIC. A estratégia também é adotada por Pontes, que esteve na última semana na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comuni-

cação e Informática da Câmara para uma apresentação sobre o acordo com os EUA para o uso da base de Alcântara, no Maranhão, para o lançamento de foguetes ao espaço.

Ao falar sobre o orçamento do ministério, ele disse estar "com a corda no pescoço".

"Estou fazendo o máximo para a gente reduzir [o bloqueio de verbas]. Estamos estudando como contornar a situação, mas é importante o apoio de cada deputado porque aí vem o orçamento do ano que vem. A gente precisa

melhorá-lo para poder investir mais em pesquisa", disse.

Fernando Spilki, presidente da SBV (Sociedade Brasileira de Virologia), diz que o maior impacto é na formação de recursos humanos. Sem isso, a resposta a emergências, como dengue e zika, e a surtos de sarampo é afetada.

"Podemos perder uma experiência acumulada ao longo de anos. Agora parece haver possibilidade ainda maior de descontinuidade de bolsas de estudo. Já havia a ameaça em anos anteriores. Parece que a gestão não é tão receptiva aos clamores", diz Spilki.

Na Câmara, Pontes disse que o orçamento do CNPq, agência federal de fomento à pesquisa, está com déficit de R\$ 300 milhões e reconheceu que as bolsas fornecidas pela entidade "têm valor pequeno [R\$ 1.500 para mestrado e R\$ 2.000 para doutorado] e não são ajustadas há muito tempo".

Em nota, o MCTIC disse que está em contato com a comunidade científica e que está avaliando o impacto do contingenciamento. "O ministério está empenhado em recuperar os investimentos em pesquisa, inclusive em diálogo com o Ministério da Economia. Somente depois de uma análise total dos cortes o MCTIC se pronunciará em

detalhes sobre as medidas a serem adotadas."

Ainda assim, houve avanços no início do governo. Das 35 metas para os primeiros cem dias, duas eram ligadas à ciência. A primeira era a implantação do CTDT (Centro de Testes de Tecnologias de Dessalinização). A tecnologia é útil no combate à escassez de água potável e para a agricultura, por exemplo.

Segundo o ministério, o centro está em funcionamento e R\$ 219 mil foram orçados para bancar os primeiros testes. O CTDT usa a infraestrutura do Inpa (Instituto Nacional do Semiárido) e da Universidade Federal de Campina Grande.

A segunda proposta, em conjunto com o Ministério da Educação, é o programa Ciência na Escola. O lançamento da chamada para propostas acontecerá no próximo dia 17 de abril. São R\$ 10 milhões para projetos que busquem aprimorar o ensino de ciência na educação básica. Outra iniciativa é a Olimpíada Nacional de Ciências, para a qual será direcionado R\$ 1,5 milhão.

"A gente sabe da boa intenção do ministro, mas, se o orçamento não for recomposto, ele não vai conseguir fazer quase nada", diz Marcos Pimenta, presidente da SBF (Sociedade Brasileira de Física).

# Tribuna

## Rodrigo Maia diz que Câmara tem projeto próprio de autonomia do BC

**RODRIGO MAIA** diz que a Câmara dos Deputados já estava discutindo a autonomia do Banco Central em um projeto em tramitação na Casa



G1

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, disse ontem que a Câmara dos Deputados já estava discutindo a autonomia do Banco Central em um projeto em tramitação na Casa – e que a proposta que o governo anunciou na quinta (11) será “apensada” a esse texto. Maia negou que seja um bate cabeça com o governo – e contou que o tema já havia sido discutido com o ex-presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, e com o

atual, Roberto Campos Neto. E citou o projeto do deputado federal Celso Maldaner (MDB-SC) como base para a discussão.

O que tem, segundo ele, é o foco no trabalho na Câmara. “Não tem crise com o governo. Agora, eu preciso falar para os deputados, e a gente já estava discutindo essa pauta, só pegar as matérias”, disse o presidente da Câmara. Apesar do discurso de Maia, esta é a segunda vez desde o começo do ano em que o governo e a Câmara se “atropelam”. Na

semana passada, foi a reforma tributária. Maia se reuniu com parlamentares e economistas para discutir o tema. Em seguida, o governo anunciou que enviaria um projeto sobre o assunto. Maia, procurado por integrantes do governo, disse que não teria o secretário da Receita, Marcos Cintra, como interlocutor do assunto.

Nos bastidores, parlamentares se queixam de que o governo “não tem agenda” e “usa os temas” que estão em discussão na

### TRAMITAÇÃO

Apesar do discurso de Maia, esta é a segunda vez desde o começo do ano em que o governo e a Câmara se “atropelam”.

Casa. Já no governo, a queixa é de que deputados queiram “protagonismo” e “atropelam” temas que estão em discussão por lá.

Veículo: G1	
Data: 15/04/2019	Caderno: Economia



## Economia teve em fevereiro maior recuo desde a greve dos caminhoneiros, diz prévia do BC

*Prévia do PIB do Banco Central, IBC-Br registrou queda de 0,73% em fevereiro, maior recuo mensal desde maio de 2018, quando recuou 3,11% por conta da greve dos caminhoneiros.*

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

15/04/2019 09h04 Atualizado há 21 minutos

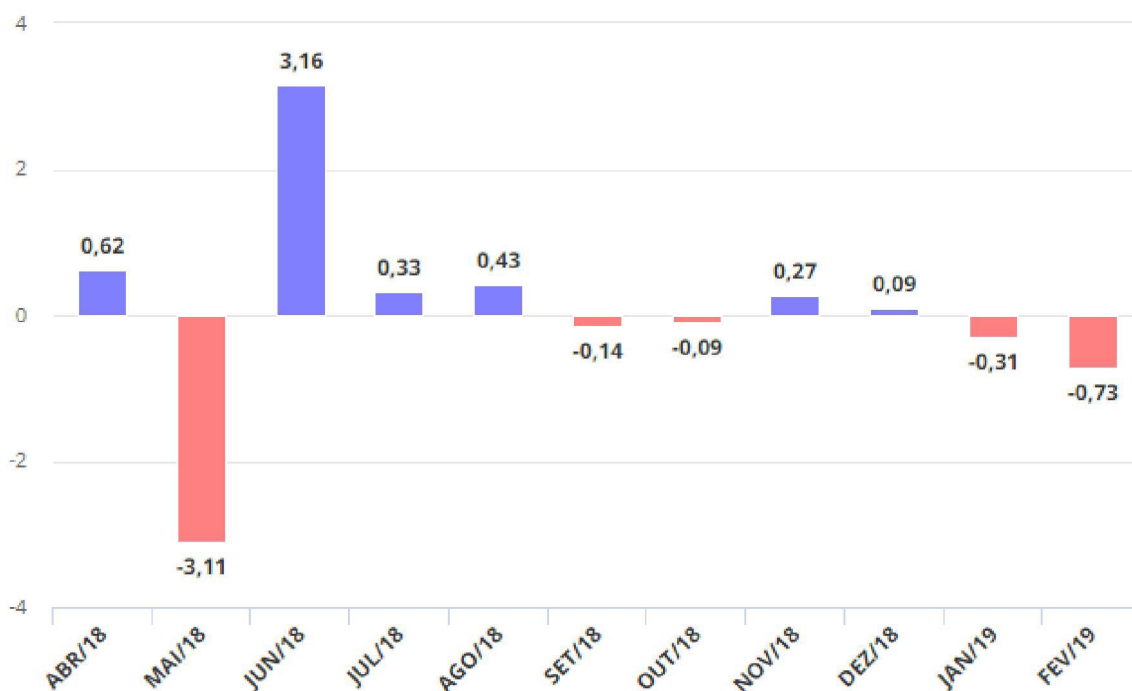
Em fevereiro, o nível de atividade da economia brasileira registrou a maior retração desde maio de 2018, quando ocorreu **a greve dos caminhoneiros**, indicam números divulgados nesta segunda-feira (15) pelo Banco Central. O chamado Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) – considerado uma "prévia" do resultado do Produto Interno Bruto (PIB) – registrou em fevereiro um recuo de 0,73%, na comparação com janeiro deste ano. O resultado foi calculado após ajuste sazonal (uma espécie de "compensação" para comparar períodos diferentes).

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Nesta comparação, fevereiro registrou o maior recuo mensal dos últimos nove meses. Maio de 2018 foi marcado pelos efeitos da greve dos caminhoneiros, que resultou em um tombo da prévia do PIB de 3,11%.

### PRÉVIA DO PIB DO BANCO CENTRAL (IBC-Br)

#### COMPARAÇÃO COM O MÊS ANTERIOR, COM AJUSTE SAZONAL



Fonte: BANCO CENTRAL

No entanto, quando o Banco Central comparou fevereiro deste ano com o mesmo mês de 2018 identificou uma alta de 2,49% no indicador (indicador sem ajuste sazonal, pois considera períodos iguais).

No acumulado do primeiro bimestre deste ano, ainda de acordo com números do Banco Central, ocorreu uma expansão de 1,66% e, em 12 meses até fevereiro, houve uma alta de 1,21% na "prévia" do PIB.

Em 2018, o **PIB teve uma expansão de 1,1%**. O desempenho da economia brasileira no ano foi decepcionante diante das expectativas iniciais, repetindo o avanço registrado em 2017.

Para este ano, o **mercado financeiro estima uma expansão do PIB de 1,95%**, segundo pesquisa feita pelo Banco Central com mais de 100 instituições financeiras na semana passada.

### **PIB X IBC-Br**

O IBC-Br foi criado para tentar antecipar o resultado do PIB, que é divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados do IBC-Br, porém, nem sempre mostraram proximidade com os dados oficiais do PIB.

A metodologia de cálculo dos dois índices é um pouco diferente. O IBC-BR, por exemplo, incorpora estimativas para agropecuária, indústria e setor de serviços, além dos impostos.

O IBC-Br é uma das ferramentas usadas pelo Banco Central para definir a taxa básica de juros do país. Com o menor crescimento da economia, teoricamente, haveria menos pressão inflacionária.

### ***Definição dos juros básicos da economia***

O IBC-Br também ajuda o Banco Central na definição dos juros básicos da economia. Atualmente, a taxa Selic está em 6,5% ao ano, na mínima histórica, e a estimativa do mercado é de que permaneça neste patamar até o fim do ano.

Pelo sistema que vigora no Brasil, o BC precisa ajustar os juros para atingir as metas pré-estabelecidas de inflação. Quanto maiores as taxas, menos pessoas e empresas ficam dispostas a consumir, o que tende a fazer com que os preços baixem ou fiquem estáveis.

Para 2019, a meta central de inflação definida pelo Banco Central é de 4,25%, com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Considerado o índice de inflação oficial do país, o IPCA calculado pelo IBGE pode ficar entre 2,75% e 5,75%, sem que a meta seja formalmente descumprida.

**INTERVENÇÃO** Mercado financeiro reage mal e governo marca reunião ministerial na segunda para avaliar decisão

# Bolsonaro interfere no diesel e Petrobras perde R\$ 32 bilhões

**ESTADÃO CONTEÚDO**

São Paulo

Uma decisão do presidente Jair Bolsonaro colocou ontem a Petrobras no meio de um vendaval. As ações ordinárias (com direito a voto) da empresa fecharam em queda de 8,5% depois de Bolsonaro determinar, na noite de quinta-feira, que a empresa voltasse atrás no reajuste de 5,7% no preço do óleo diesel anunciado mais cedo.

A decisão deixou o mercado financeiro em polvorosa, já que a promessa do governo era de que a estatal não sofreria mais intervenção política, apontada por

todos os analistas como a causa principal dos problemas enfrentados pela empresa nos governos petistas. Resultado: ontem, a petroleira perdeu R\$ 32 bilhões em valor de mercado e a bolsa fechou em queda.

"Eu liguei para o presidente (da Petrobras), sim. Me surpreendi com o reajuste de 5,7%. Não vou ser intervencionista. Não vou praticar a política que fizeram no passado, mas quero os números da Petrobras", afirmou Bolsonaro. A decisão, aparentemente, não foi combinada com a equipe econômica. Em Washington, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao ser per-

guntado sobre o assunto, disse ter passado o dia inteiro em reunião e que não tinha "informação suficiente". Diante da insistência de jornalistas e da sugestão de que ele não foi informado sobre a interferência nos preços, o ministro respondeu: "É uma interferência razoável, aparentemente".

## Caminhoneiros

A intervenção do presidente no reajuste do diesel foi fruto direto da pressão dos caminhoneiros. Foi exatamente a política de reajuste de preços da Petrobras que levou à greve dos motoristas de caminhão no ano passado, com efeitos terríveis pa-



Castello Branco voltou atrás após pedido do presidente

ra a economia. Agora, o governo quer evitar que isso se repita. O problema, para o mercado, é que esse tipo de atitude em relação à Petrobras é completamente contrário à cartilha liberal pregada por Guedes.

Em nota nesta sexta, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que estatal "é uma empresa

completamente autônoma para a tomada de decisões". Mas disse ter considerado "legítima a preocupação do presidente (Bolsonaro)".

Ontem, a secretaria de Comunicação da Presidência informou que o governo reagilizará, na próxima segunda-feira, uma reunião interministerial na Casa Civil para tratar da questão.



# Tribuna

## ‘Impedir reajuste do diesel vai contra agenda liberal’, diz especialista

DANIELA AMORIM E VINÍCIUS NEDER O ESTADO DE S. PAULO

A decisão do governo Jair Bolsonaro (PSL) de impedir a Petrobrás a aplicar reajuste no preço do diesel, tomada na noite de quinta, 11, vai “totalmente contra” a agenda liberal encamada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A afirmação foi feita por Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e doutor em economia pela Universidade de Chicago, durante mesa-redonda no seminário “100 dias do Governo

Bolsonaro”, promovido pelo Estadão e pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), no Rio de Janeiro, ontem. “Essa decisão foi uma surpresa, foi totalmente contra a política liberal do governo”, afirmou. Para o pesquisador, as posições de Guedes trazem uma agenda liberal diferente das anteriores que foram colocadas em outros governos e o Ministério da Economia “surpreendeu positivamente” ao montar uma equipe “muito mais coesa do que se esperava”.

No entanto, ações como o reajuste do diesel pela Petrobrás e o perdão de divi-

das com o Funrural mostram contradição – o governo lançou um programa de parcelamento de débitos com o Funrural, contribuição previdenciária do setor, que deu um desconto de R\$ 15 bilhões, mas um projeto de lei capitaneado pela bancada ruralista no Congresso pretende perdoar toda a dívida, que soma R\$ 17 bilhões. “Isso vai contra a ideia (liberal) mais profunda de acabar com subsídios”, disse Veloso. Na visão dele, as medidas podem ser uma reação a grupos da sociedade que apoiaram Bolsonaro na campanha.

O pesquisador Samuel

Pessoa, também do Ibre/FGV, vê nos interesses corporativos de grupos organizados o maior obstáculo à agenda liberal. É justamente o caso dos caminhoneiros, que reclamavam dos reajustes no diesel. “A agenda liberal no Brasil é a agenda de enfrentamento dos interesses corporativos e particulares”, disse Pessoa, na mesma mesa-redonda que Veloso. problema, para Pessoa, é que é a experiência mostra que é mais difícil fazer reformas que enfrentem interesses corporativos. A resistência à reforma da Previdência seria um exemplo disso.



**DECISÃO** de Bolsonaro vai “totalmente contra” a agenda liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes

# Tribuna

## Bolsonaro admite interferência na política de preço da Petrobras

O ESTADO DE S.PAULO

O presidente Jair Bolsonaro admitiu, ontem, 12, que determinou a suspensão do reajuste de 5,7% no preço do diesel (o litro passaria de R\$ 2,1432 para R\$ 2,2662), anunciado na quinta pela Petrobras. O novo valor começaria a ser cobrado nesta sexta, mas vai ficar suspenso até que os técnicos da estatal justifiquem ao presidente a necessidade do aumento. "Eu liquei para o presidente sim. Me surpreendi com o reajuste de 5,7%. Não vou ser intervencionista. Não vou praticar a política que fizemos no passado, mas que-

ro os números da Petrobras", afirmou.

As ações da Petrobras, que já haviam começado o dia em queda na Bolsa de São Paulo e em Nova York, aceleraram a tendência negativa após as declarações de Bolsonaro. Às 13h15, as ações ON caíram 7,19%, mas chegaram a perder 7,50%. Já os papéis PN recuavam 6,86%. Pouco antes das declarações de Bolsonaro, as ações perdiam cerca de 5%.

Se fosse efetuada, a alta divulgada anteontem seria a maior desde que os presidentes da República, Jair Bolsonaro, e da petroleira, Roberto Castello Branco, assumiram os cargos. Até então, a maior alta tinha sido de 3,5%, registrada no dia

23 de fevereiro. Com exceção desses dois casos, os preços variaram em intervalos de 1% a 2,5%. Para Bolsonaro, o valor não corresponde com a inflação projetada para o período. "Na terça-feira, convoquei todos da Petrobras para me esclarecer o porquê dos 5,7 quando a inflação projetada para este ano está abaixo de 5. Só isso e mais nada. Se me convencerem, tudo bem. Se não me convencerem, vamos dar a resposta adequada a vocês", afirmou.

Em março, a Petrobras se comprometeu a congelar o preço do óleo diesel nas refinarias por pelo menos 15 dias. Por causa da política de preços dos combustíveis da Petrobras, os caminhoneiros pararam o País, em



**BOLSONARO** admite ter determinado a suspensão do reajuste de 5,7% no preço do diesel. O mercado reagiu

maio do ano passado. Neste início de ano, com o petróleo em alta, o diesel voltou a ser uma ameaça e mais uma vez a classe avalia cruzar os braços. O problema começou ainda na gestão do ex-presidente da companhia Pedro Parente que, para recompor o caixa, determinou a revisão diária da tabela nas refinarias, em linha com o mercado internacional. Sem saber o preço que pagaria pelo combustível no fim de uma viagem, os caminhoneiros entraram em greve e Parente

perdeu o cargo.

Além disso, para encerrar os protestos, o governo ainda subsidiou o combustível por um semestre. Apenas em 2019, o diesel voltou a ser reajustado periodicamente, semanalmente. Nesta terça, sob ameaça de nova greve, a Petrobras anunciou que vai manter os preços inalterados por, pelo menos, mais uma semana. "Eu estou preocupado com o transporte de carga, com os caminhoneiros. São pessoas que realmente movimentam as riquezas. Quere-

mos um preço justo para o óleo diesel", disse Bolsonaro.

Pela manhã, o vice, Hamilton Mourão, afirmou, em entrevista à CBN, que a determinação de Bolsonaro para a Petrobras recuar do reajuste no diesel foi um caso "isolado". Também disse crer em bom senso e que não se repetirá a política de preços adotada do governo Dilma Rousseff (PT), que seguiu os preços dos combustíveis para manter a inflação dentro da meta.

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência monitora atentamente as movimentações de caminhoneiros em direção a uma nova greve desde o mês passado. O governo quer evitar o início de uma greve com receio de que tome as mesmas proporções da que ocorreu no ano passado, quando a paralisação durou 11 dias. O estopim, na época, foi justamente as altas do preço do diesel. A avaliação de um integrante do governo é de que os caminhoneiros "conheceram a sua força" na última greve e que agora possuem maior poder de negociação. É um comprometimento que ele teve com a categoria e que a gente teve apoiando a sua candidatura."

## Petrobras perde R\$ 32,4 bi com adiamento de reajuste



**PAPÉIS DA PETROLEIRA** acumularam perdas na Bolsa de São Paulo ontem. Presidente Bolsonaro disse que determinou a suspensão do reajuste

MARIA REGINA SILVA  
O ESTADO DE S.PAULO

A decisão da Petrobras de adiar por mais alguns dias o reajuste no preço do diesel, horas depois de ter anunciado um aumento de 5,7%, na quinta-feira, 11, jogou para baixo as ações da estatal no pré-mercado de Nova York e na B3, a Bolsa de São Paulo, ontem, 12. As perdas se aceleraram depois que o presidente Jair Bolsonaro admitiu que determinou a suspensão do reajuste no diesel - o litro passaria de R\$ 2,1432 para R\$ 2,2662. Ao fim do pregão, a Petrobras sofreu uma perda de R\$ 32,4 bilhões em valor de mercado. As ações ON fecharam em queda de

8,54%. Já os papéis PN recuaram 7,75%.

O Ibovespa fechou em baixa de 1,98%, aos 92.875 pontos. Na quinta, fechara em baixa de 1,25%, aos 94.754,70 pontos. No mercado de câmbio, o dólar à vista fechou em alta de 0,83%, cotado a R\$ 3,8884. "Eu liquei para o presidente (da Petrobras, Roberto Castello Branco) sim. Me surpreendi com o reajuste de 5,7%. Não vou ser intervencionista. Não vou praticar a política que fizemos no passado, mas quero os números da Petrobras", afirmou Bolsonaro. "O novo valor começaria a ser cobrado ontem, mas vai ficar suspenso até que os técnicos da estatal justifiquem ao presiden-

te a necessidade do aumento.

Em entrevista à Rádio CBN, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou que a determinação do presidente Jair Bolsonaro de recuar na decisão foi caso "isolado". Mourão disse crer em bom senso e que não se repetirá a política adotada do governo Dilma Rousseff (PT), que seguiu os preços dos combustíveis para manter a inflação dentro da meta. Além da estimativa de desempenho desfavorável das ações da empresa, a possibilidade de atraso na admissibilidade da reforma da Previdência continua no radar dos investidores e deve impedir o índice de subir, a despeito do crescimento das exporta-

ções na China, o que pode diminuir as preocupações quanto ao desaquecimento econômico mundial.

Para completar, a atenção do mercado ontem ainda deve recair sobre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-Rio), após a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, apresentar parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) com base em laudo da Polícia Federal que aponta pagamento de propina da Odebrecht no valor de R\$ 1,4 milhão para codinomes que se referem a Maia e a seu pai, o vereador César Maia (DEM-RJ).

## FOLHA DE S.PAULO

# Ecoss de Dilma

**Bolsonaro intervém no preço do diesel para agradar a caminhoneiros; mais que aprender economia, ele precisa saber negociar em favor do interesse geral**

Durou poucos dias a trégua que Jair Bolsonaro (PSL) parecia oferecer a seu governo. Deixada de lado a briga com o presidente da Câmara dos Deputados que dificultava a reforma da Previdência, o presidente fomentou uma nova crise com a decisão atabalhoada de intervir no preço do óleo diesel.

Nesta sexta-feira (12), o combustível deveria ficar 5,7% mais caro nas refinarias, como a Petrobras havia anunciado no dia anterior. Seria o primeiro reajuste desde o final de março, quando a estatal definiu que as mudanças do preço, destinadas a acompanhar as cotações internacionais, se dariam em prazos não inferiores a 15 dias.

Já na noite de quinta, porém, a empresa recuou por meio de uma nota vexatória, em que atribuía a nova orientação de suspender o aumento a supostos novos cálculos e considerações técnicas — e não a uma ingerência política.

A embromação foi logo desmoralizada. Um líder dos caminhoneiros — categoria que mais uma vez ameaça com uma paralisação desastrosa para o país — agradeceu de público a Bolsonaro. Mais tarde, o próprio presidente relatou sua participação no episódio.

“Já falei que não entendia de economia, quem entendia afundou o Brasil”, justificou-se. A condução da medida mostra que seu despreparo transcende tal ignorância.

O chefe do Executivo se revelou vulnerável a pressões setoriais, sem ao menos buscar uma negociação transparente; minou a credibilidade

de do ministro da Economia e sua agenda liberal; de mais imediato, lançou dúvidas sobre a governança da maior empresa do país.

As ações da Petrobras despencaram, com perda de mais de R\$ 30 bilhões em valor de mercado num único dia, enquanto voltava à memória a catástrofe produzida pelo intervencionismo de Dilma Rousseff (PT) — de quem Bolsonaro procurou se diferenciar na entrevista.

Aquela manipulava tarifas públicas na tentativa de conter a inflação e estimular a demanda; este se diz preocupado com os caminhoneiros e com “um preço justo para o óleo diesel”. De boas intenções as crises econômicas estão cheias.

É razoável que se evitem reajustes diários dos combustíveis, para viabilizar o planejamento do transporte de mercadorias. Constitui despautério, entretanto, imaginar que uma estatal possa trabalhar com preços artificiais e absorver prejuízos por prazo indefinido.

Cedo ou tarde, como a experiência demonstra à exaustão, a conta chega à sociedade por meio de colapsos orçamentários, tarifas, queda da confiança empresarial e escassez de investimentos.

Há meios de baratear os combustíveis com ajustes na tributação ou na concorrência. Nada disso é simples ou capaz de assegurar valores que os caminhoneiros considerem satisfatórios. Mais que aprender economia, Bolsonaro precisa saber negociar e, quando necessário, contrariar pleitos específicos em nome do interesse geral.

14/04/2019 - 19:28

## Mercado reduz otimismo com reforma da Previdência

Por Daniela Meibak, Lucas Hirata e Marcelo Osakabe

**SÃO PAULO** - Os investidores refazem as contas e começam a colocar nos preços dos ativos locais um novo cenário para a tramitação da reforma da Previdência, com aprovação mais demorada e diluição maior na proposta. Por trás do ajuste das expectativas, está a frustração do mercado com a maneira que a equipe de Jair Bolsonaro vem conduzindo o governo, com pouco diálogo e conquista de escassos aliados.

Dois episódios recentes deixaram claro que o caminho da reforma da Previdência não será nada fácil, segundo analistas. Um deles foi o pedido da Procuradoria Geral da República (PGR) de estender a investigação contra o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Já a suspensão do reajuste do preço do diesel pela Petrobras exemplifica o modo de governar de Bolsonaro.

“A maneira descoordenada como fizeram deixou claro que foi uma carteirada do presidente. Tivemos a sensação de que ele não sentou para conversar e, por isso, a empresa precisou voltar atrás. É essa maneira de agir que leva o mercado a fazer correções”, diz fonte de uma grande gestora.

O cenário de aprovação da reforma da Previdência no primeiro semestre com economia em dez anos perto de R\$ 1 trilhão está sendo eliminado dos preços dos ativos. Agora, a expectativa passa a ser de aprovação no segundo semestre, com risco de o processo ficar próximo do fim do ano ou até se estender para 2020, e com uma economia entre R\$ 600 bilhões e R\$ 700 bilhões. E tudo isso permeado pelos riscos de surpresas como as investigações da PGR.

De acordo com gestores, os ativos locais já refletem uma dose reforçada de precaução com a política. Na última sexta-feira, o dólar comercial registrou alta de 0,83%, aos R\$ 3,8883, depois de tocar a marca de R\$ 3,90 no pior momento de nervosismo — o real teve o pior

desempenho global do dia. Já o juro longo para janeiro de 2025 subiu de 8,74% para 8,8% na B3.

“O risco de [a votação no plenário da Câmara] ficar para o segundo semestre, depois do recesso parlamentar, tem aumentado cada vez mais”, alerta Silvio Cascione, analista sênior da Eurasia. “O ponto é se o atraso será muito grande. Se for só de um mês, de julho para agosto, não é tão preocupante. Seria melhor amadurecer a votação até agosto do que tentar correr para ficar antes do recesso e prejudicar o resultado final”, diz.

Para Joaquim Kokudai, sócio e gestor da JPP Capital, o investidor já assumiu uma postura mais cautelosa e vê que a reforma demorará mais para sair do papel, mesmo com a confiança na aprovação da medida. “Parece difícil a votação na Câmara ficar para o primeiro semestre. O processo está atrasado”, afirma o profissional. “O governo tinha de se apressar. Quanto mais tempo leva para aprovar, maior a demora para a economia pegar tração.”

Os investidores têm relatado um desconforto com as dificuldades de articulação do governo, que ficam claras na falta de compromisso do Centrão com a reforma. “O governo continua mostrando inabilidade de articular com o Legislativo, mas precisa dele. Além dos parlamentares ficarem passivos na tramitação da reforma, já tem gente jogando contra. O mercado espera a aprovação, mas é impaciente. O jogo virou um pouco”, analisa, Arnaldo Curvello, gestor da Ativa Wealth Management.

Na opinião do profissional, o governo poderia ter aproveitado a vaga no Ministério da Educação para melhorar sua relação com o Congresso, mas isso não aconteceu. “O Planalto tem frustrado muito o Legislativo, sendo que precisa dele. Não adianta descontentar os parlamentares o tempo inteiro”, diz.

Em fevereiro, quando foi apresentada a proposta do governo para a Previdência, os presidentes da Câmara e do Senado, Davi Alcolumbre, ainda cogitavam que a aprovação em plenário pelos deputados viria no mês de maio. Agora, o mês de abril já está quase na metade e a proposta nem sequer recebeu o aval da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), primeiro colegiado a avaliar o texto. Evidência de que o caminho é muito mais turbulento do que se esperava, a reforma foi centro do bate-boca entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e parlamentares na CCJ, fase que não deveria julgar o mérito da proposta.

Sobre os próximos passos, a medida precisa ser encaminhada para a Comissão Especial e, só depois, chegará ao plenário da Câmara. Em seguida, será encaminhada para o Senado. A aprovação exige o aval de, pelo menos, dois terços dos parlamentares de cada casa do Congresso (308 deputados e 49 senadores), em dois turnos de votação.

Até lá, o cenário acaba ficando vulnerável a surpresas. O pedido da Procuradoria Geral da República de prorrogar as investigações contra Maia, e o seu pai, o vereador Cesar Maia, é mais um lembrete de que esses casos podem vir à tona e trazer ruídos para o ambiente político. Essa é a avaliação de Cascione, da Eurasia. “As investigações nunca morreram, estão fortes, estão ativas, e vão trazer ruídos. Trouxeram agora, podem trazer em julho ou bem próximo da votação [da reforma da Previdência]”, afirma. “É sempre um fator de risco que precisa ser considerado”, acrescenta o analista.

O ponto crucial, na avaliação de Cascione, é o efeito na opinião pública — algo que ainda não está claro. “O risco é afetar a opinião pública e colocar o Congresso e o Rodrigo Maia de um lado e os apoiadores do presidente [Jair Bolsonaro], ou até o próprio presidente, do outro. E isso atrapalharia ainda mais nessa relação”, diz Cascione. “Temos de avaliar não só as notícias em si, mas como o presidente e base aliada reagem.”

O conturbado ambiente político tem eliminado as apostas mais otimistas para a reforma em termos de “timing” e diluição. Na Eurasia, prevalece a avaliação de que o cenário mais provável é que a reforma da Previdência seja aprovada e gere economia de R\$ 400 bilhões a R\$ 600 bilhões em dez anos — algo visto como pessimista poucos meses atrás. Na mesma linha, o Citi mantém a expectativa de que a reforma da Previdência será aprovada no terceiro trimestre pela Câmara do Deputados e no quarto trimestre pelo Senado, com uma economia fiscal de R\$ 500 bilhões.

“Acho que começa a cair a ficha do mercado, que será obrigado a colocar mais prêmio nos ativos”, diz o sócio de uma gestora paulista, para quem o patamar de dólar, juros e bolsa ainda se mostra bem comportado diante do que pode vir nas próximas semanas.

# Tribuna

## Presidente da CCJ diz que Previdência é prioridade na pauta da semana

POREDERSON HISING  
G1 PR — CURITIBA

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado Felipe Francischini (PSL-PR), pautou a discussão da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma da Previdência para segunda-feira (15). Segundo ele, a proposta terá prioridade em relação à discussão da PEC do Orçamento Impositivo, defendida para ser analisada primeiro pelos deputados do Centrão. "Até por aspectos regimentais, a PEC da Previdência tem pri-

oridade e vai ser a primeira a ser analisada. Claro que qualquer pode apresentar inversão durante a sessão de segunda, mas vai ser uma questão decidida entre os partidos do fim de semana até o início da reunião", diz.

Francischini afirma que se for apresentada a inversão da ordem o pedido será pautado e votado. "O Plenário da comissão é soberano", afirma. Ele diz que a decisão sobre a pauta tem apoio do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e de membros da equipe econômica. A PEC do Orçamento Impositivo, que obriga o governo federal a executar to-

dos os investimentos previstos, foi aprovada na Câmara – mas sofreu mudanças no Senado e, por isso, voltou à Câmara.

Francischini fez o anúncio em visita à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em Curitiba. A pauta foi publicada no site da Câmara com as duas propostas, na ordem indicada pelo presidente da CCJ. A sessão começa às 14h. Conforme o deputado, o cronograma para a próxima semana é iniciar a discussão na segunda com a manifestação dos deputados que se inscreveram para falar. Segundo ele, são mais de 90 até a



tarde desta sexta. "Isso vai pautar muito se a votação poderá ser na terça ou na quarta da semana que vem", explica. Francischini diz esperar que a oposição não

faça "obstruções desnecessárias" para protelar a discussão. Ele projeta cerca de 20 horas de debate.

O deputado diz acreditar que o fim de semana será

**FELIPE FRANCISCHINI** disse que proposta tem prioridade em relação à PEC do Orçamento Impositivo a partir de hoje

de discussões e entendimentos entre líderes partidários e deputados. "Minha ideia é que [a discussão] seja o mais ágil possível para proceder a votação já na semana que vem pra liberar a criação da comissão especial que vai analisar o mérito", afirma. Questionado sobre a possibilidade de votar a proposta até a Páscoa, Francischini diz ser possível. "Hoje, numa conjuntura de instabilidade política, é difícil estabelecer cronogramas e prazos. No entanto, com esforço do governo e dos partidos do centro é possível que já votemos e aproveemos na semana que vem", afirma.